



RELAÇÕES EXTERIORES

Governo Lula dá asilo a condenada por corrupção

Ex-primeira-dama peruana Nadine Heredia, mulher do ex-presidente Ollanta Humala, chega ao Brasil em avião da FAB. Casal foi sentenciado pela Justiça do país andino a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro, em ação originada da Lava-Jato

» VICTOR CORREIA

A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia desembarcou, ontem, em Brasília após receber asilo político do governo brasileiro. Pouco depois, seguiu para São Paulo, onde ficará. Ela e o marido, o ex-presidente peruano Ollanta Humala, foram condenados a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro, acusados de receber recursos ilegalmente da Venezuela (à época comandada por Hugo Chávez) e da construtora brasileira Odebrecht (hoje chamada Novonor) durante as campanhas presidenciais de 2006 e 2011, respectivamente.

Nadine buscou asilo na terça-feira na Embaixada do Brasil, em Lima, com o filho mais novo, de 15 anos. Ambos foram atendidos e trazidos em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Ollanta Humala, porém, está detido no Peru.

Na terça, Nadine faltou à audiência, em Lima, que a condenou a 15 anos de prisão e buscou a embaixada brasileira. Humala compareceu à audiência e saiu de lá preso. Ele cumprirá a pena em uma base policial construída especialmente para ex-presidentes, onde também estão detidos Alejandro Toledo e Pedro Castillo.

A defesa da ex-primeira-dama nega as acusações e diz que ela é alvo de perseguição política, o que motivou o pedido de asilo. Os advogados afirmam que promotores peruanos não cumpriram o devido processo legal e comparam sua atuação com a

do Judiciário brasileiro na Operação Lava-Jato, que também envolveu propinas pagas pela Odebrecht. O asilo foi inicialmente divulgado pelo governo peruano, mas confirmado, ontem, pelo Itamaraty.

“Chegou ao Brasil na manhã de hoje (ontem), proveniente de Lima, no Peru, a senhora Nadine Heredia Alarcón e o seu filho menor de idade. A senhora Alarcón e o seu filho obtiveram, em 15/4, a concessão de asilo diplomático, nos termos da Convenção de Asilo Diplomático, assinada em Caracas, em 28 de março de 1954, da qual ambos os países são parte”, disse, em nota, o ministério. “A senhora Alarcón e o seu filho passarão, agora, pelos procedimentos necessários para sua regularização migratória no Brasil”, acrescentou.

Apesar da nota do Itamaraty, o governo federal ainda não justificou por que a ação judicial contra Nadine foi considerada perseguição política.

A Convenção de Asilo Diplomático foi assinada pelos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). O texto proíbe que o asilo seja concedido para pessoas condenadas por crimes comuns, condenadas por tribunais ordinários, “salvo quando os fatos que motivarem o pedido de asilo, seja qual for o caso, apresentem claramente caráter político”.

A convenção define ainda que cabe ao país asilante, no caso o Brasil, definir se há ou não perseguição política. O mesmo tratado define que o benefício só

Luka GONZALES/AFP



Nadine com Humala, que está preso no Peru: defesa da ex-primeira-dama alega perseguição política

pode ser dado em caso de urgência, ou seja, quando há perseguição e risco à vida ou à liberdade. Além de alegar razões políticas, a defesa de Nadine destaca que ela se recupera de um câncer e que a permanência no Peru colocaria em risco sua saúde.

Nadine e o filho também pediram ao governo federal, assim que chegaram a Brasília, o status de refugiados. Diferentemente do asilo, o refúgio é concedido pelo Ministério da Justiça, apenas após um processo de avaliação pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que toma a decisão de acordo com a legislação internacional.

O asilo, por sua vez, é uma decisão exclusiva da Presidência da República. Questionado pelo **Correio**, o ministério confirmou o pedido.

“Recebida a solicitação de refúgio, a Polícia Federal emitiu os registros que autorizam a estadia em território brasileiro até a decisão final do processo. A partir de agora, ambos deverão aguardar a deliberação do Comitê Nacional para os Refugiados, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, competente para decidir sobre os pedidos de refúgio. Nos primeiros dois anos do governo Lula, o Brasil recebeu

126.787 solicitações de refúgio e reconheceu 90.904 pessoas como refugiadas”, frisou, em nota.

A decisão do governo brasileiro de conceder o asilo diplomático foi criticada pela oposição. “Asilo diplomático de condenado por corrupção é piada de péssimo gosto”, escreveu o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) em suas redes sociais.

“Lula concede asilo à ex-primeira-dama do Peru condenada por corrupção. Nadine Heredia recebeu propina da Odebrecht. O desgoverno protege seus aliados de crime”, disse, por sua vez, o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ).

A retaliação de Moraes

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de um processo de extradição pedido pela Espanha contra um búlgaro que está no Brasil. A iniciativa é em retaliação à decisão da Justiça espanhola de negar a extradição do blogueiro bolsorista Oswaldo Eustáquio Filho.

O búlgaro Vasil Georgiev Vasilev está em prisão domiciliar. Ele estava detido preventivamente desde 18 de fevereiro em Mato Grosso do Sul e é considerado fugitivo pelas autoridades espanholas por suspeita de tráfico de drogas.

Segundo Moraes, a suspensão da extradição foi motivada porque a Espanha descumpriu o “requisito da reciprocidade” no tratado que mantém com o Brasil, ao negar o envio de Oswaldo Eustáquio.

O magistrado também ordenou que o embaixador espanhol preste informações, em até cinco dias, comprovando o requisito da reciprocidade, “em especial do caso citado anteriormente e previsto no artigo I do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha”.

Eustáquio está foragido desde 2023. Ele é réu na ação que investiga a tentativa de golpe de Estado. Ao rejeitar a solicitação de extradição, o Judiciário espanhol considerou que existe “motivação política” por parte do Brasil. Destacou, também, não haver acordo bilateral entre os países que permita o processo em situações dessa natureza. O Ministério da Justiça e o Itamaraty sinalizaram que vão recorrer para tentar prender o bolsorista.

Julgamento de mais de três anos

Ollanta Humala, um ex-tenente-coronel de centro-esquerda que governou o Peru entre 2011 e 2016, foi detido na sala de audiências após a leitura da sentença, que pôs fim a um julgamento de mais de três anos.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula atravessou os Andes para escorregar em casca de banana em Lima

A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia chegou a Brasília nesta quarta-feira em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), graças a um salvo-conduto concedido pela presidente do Peru, Dina Boluarte, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A informação foi confirmada pela defesa do ex-presidente Ollanta Humala, marido de Nadine. O Ministério das Relações Exteriores informou à Embaixada do Brasil que a ex-primeira-dama foi condenada, pelo Poder Judiciário, a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro.

“O Governo da República Federativa do Brasil solicitou a saída dos asilados, com base nos artigos V e XII da mencionada convenção, que estabelecem que o Estado que concede o asilo pode pedir a saída do asilado para território estrangeiro, e o Estado territorial está obrigado a fornecer imediatamente, salvo em caso de força maior, as garantias necessárias e o salvo-conduto correspondente”, comunicou o Ministério das Relações Exteriores do Peru.

Com sua intervenção direta para obter o salvo-conduto e o envio de um jatinho

da Força Aérea Brasileira (FAB) para resgatar a ex-primeira-dama em menos de 24 horas, Lula atravessou os Andes para escorregar numa casca de banana na calçada da Av. José Pardo, Miraflores, onde fica a embaixada brasileira.

Exumou um fantasma que ainda ronda o Palácio do Planalto: a memória da Operação Lava-Jato, que foi desconstruída juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas permanece sendo uma bandeira nas mãos da oposição, que turva a liderança de Lula e a imagem da Corte perante a sociedade.

Humala e Nadine foram condenados após investigações segundo as quais o ex-presidente recebera US\$ 3 milhões da Odebrecht e outros US\$ 200 mil do então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para financiar suas campanhas presidenciais de 2006 e 2011. Além da pena de prisão, Humala terá de pagar uma multa de 10 milhões de soles (cerca de R\$ 15,7 milhões).

Eleito presidente em 2011, Humala presidiu o Peru até 2016. Em 2017, ele e a mulher foram presos, porque o ex-diretor da Odebrecht no Peru afirmou que a empresa fez doações a Humala a pedido

do PT. Nadine foi acusada de atuar ativamente nas atividades do Partido Nacionalista Peruano, fundado por Humala, e de participar na arrecadação de fundos e ações de governo. O irmão de Nadine, Ilán Heredia, cunhado de Humala, também foi condenado a 12 anos de prisão no mesmo processo.

Detido pela polícia no final do julgamento, Humala está preso, mas Nadine não compareceu à audiência e pediu asilo na embaixada brasileira em Lima. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Peru, foi aplicada uma convenção sobre asilo diplomático firmada pelos dois países em 1954. A ex-primeira-dama chegou ao Brasil acompanhada de seu filho Samin Mallko Ollanta Humala Heredia, que é menor de idade.

Corrupção sistêmica

Humala venceu a eleição de 2011 ao derrotar Keiko Fujimori, filha do ex-presidente Alberto Fujimori. Keiko também chegou a ser presa por mais de um ano em um processo ligado à Odebrecht, posteriormente anulado pela Justiça.

Outros três presidentes do Peru foram denunciados: Alan García, Alejandro Toledo e Pedro Pablo Kuczynski.

Em fevereiro passado, Humala negou ter recebido propina da construtora e sugeriu que o dinheiro poderia ter sido desviado pelo ex-diretor da empresa no Peru, Jorge Barata. “Não acredito que isso tenha acontecido, mas, se aconteceu, Barata roubou o dinheiro”, disse, durante o julgamento.

A decisão da Justiça peruana também pôs uma saída justa no Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou quase todas as condenações com base nas investigações da Lava-Jato, por abuso de autoridade e parcialidade dos procuradores e juízes que as conduziram, entre os quais o atual senador Sergio Moro (União-PR). O escândalo da Odebrecht no Peru, parte da Operação Lava-Jato, revelou um esquema de corrupção que envolveu subornos a autoridades peruanas.

Desde 2016, diversos ex-presidentes, partidos e empresários foram implicados, tornando-se um dos maiores escândalos políticos da história recente do país. Em outubro de 2024, o ex-presidente

Alejandro Toledo foi condenado a 20 anos e seis meses de prisão por receber US\$ 35 milhões em subornos da Odebrecht para favorecer a empresa na concessão de trechos da Rodovia Interoceânica.

Toledo foi extraditado dos EUA em 2023 e cumpre pena no presídio de Barbadillo. Alan García cometeu suicídio em 2019 ao ser alvo de mandado de prisão. Pedro Pablo Kuczynski renunciou em 2018 e aguarda julgamento em prisão domiciliar por acusações de corrupção. O escândalo abalou profundamente a política peruana, revelando um padrão sistêmico de corrupção que envolveu quase todos os presidentes desde 2001.

A Odebrecht operava uma rede de influência por meio de subornos e financiamentos ilícitos de campanhas, afetando partidos de diferentes espectros ideológicos. Em fevereiro de 2019, firmou um acordo de colaboração com o Ministério Público do Peru, que incluiu o acesso aos sistemas MyWeb Day e Drousys, que continham registros de pagamentos ilícitos. Em dezembro de 2024, o Tribunal Constitucional ordenou a divulgação do conteúdo do acordo.